



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 5156/2024

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2024.

Processo nº 0804772-87.2024.8.19.0046,
ajuizado por

, representado por

Trata-se de Autor, 36 anos de idade, com diagnóstico de transtorno do espectro **autista** (TEA), acometimento importante, **disfagia**, apresentando episódios de **tosse** e **broncoaspiração** (Num. 150764230 - Pág. 1). Sendo solicitada a realização dos exames sob **sedação de endoscopia digestiva alta e tomografia computadorizada de laringe e pescoço**. Por se tratar de Autor, portador de autismo, foi indicada a internação hospitalar para realização dos exames prescritos; foi relatada pelo médico assistente necessidade do prazo o mais breve possível sob risco de broncoaspiração (tosse, engasgos e dificuldade de deglutir).

O **Autismo** e os transtornos invasivos do desenvolvimento (TIDs), às vezes denominados transtornos do espectro do autismo, referem-se a uma família de distúrbios da socialização com início precoce e curso crônico, que possuem um impacto variável em áreas múltiplas e nucleares do desenvolvimento, desde o estabelecimento da subjetividade e das relações pessoais, passando pela linguagem e comunicação, até o aprendizado e as capacidades adaptativas¹. O tratamento é complexo, centrando-se em uma abordagem medicamentosa destinada a redução de sintomas-alvo, representados principalmente por agitação, agressividade e irritabilidade, que impedem o encaminhamento dos pacientes a programas de estimulação e educacionais².

Disfagia é qualquer dificuldade na efetiva condução do alimento da boca até o estômago por meio das fases inter-relacionadas, comandadas por um complexo mecanismo neuromotor. É um sintoma que deve ser abordado interdisciplinarmente por médicos, fonoaudiólogos, nutricionistas e enfermeiros, uma vez que cada profissional contribui de forma interdependente para a melhora do paciente. A disfagia pode levar à desnutrição e à desidratação por inadequação dietética e em razão da consistência dos alimentos³.

Broncoaspiração é definida como a aspiração de conteúdo gástrico ou corpo estranho na árvore traqueobrônquica, podendo causar traqueobronquite, pneumonite, infecções pulmonares e obstrução das vias aéreas por aspiração de material sólido⁴.

Diante o exposto, informa-se que, a **internação para realização dos exames de endoscopia digestiva alta e tomografia computadorizada sob sedação estão indicados**, à melhor elucidação diagnóstica do quadro clínico apresentado pelo Autor (Num. 150764230 - Págs. 1 e 2).

¹ KLIN, A.; MERCADANTE, M. T. Autismo e transtornos invasivos do desenvolvimento. Rev. Bras. Psiquiatr., vol.28, suppl.1, pp. s1-s2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a01v28s1.pdf>>. Acesso em: 26 nov.2024.

² ASSUMPTÃO JÚNIOR, F. B.; PIMENTEL, A. C. M. Autismo infantil. Rev. Bras. Psiquiatr., v. 28, Supl I, p.S1-2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3795.pdf>>. Acesso em: 26 nov.2024.

³ Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. I Consenso Brasileiro de Nutrição e Disfagia em Idosos hospitalizados. Barueri, SP: Minha Editora, 2011. 2011, 126p. Disponível em: <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Consenso_Brasileiro_de_Nutricao1.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2024.

⁴ BVS. PEREIRA, C. I. Broncoaspiração – Aspiração de Corpo Estranho ou Conteúdo Gástrico. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/03/880060/broncoaspiracao-no-perioperatorio-e-na-emergencia-diagnostico-e-manejo.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2024.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Quanto à disponibilização dos itens pleiteados, no âmbito do SUS, cumpre esclarecer que **estão cobertos pelo SUS**, conforme a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP), na qual constam: diária de permanência a maior (08.02.01.019-9), esofagogastroduodenoscopia - endoscopia (02.09.01.003-7), tomografia computadorizada do pescoço (02.06.01.005-2) e sedação (04.17.01.006-0), considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

O acesso aos serviços habilitados para o caso em tela ocorre com a inserção da demanda junto ao sistema de regulação. Cumpre salientar que a Política Nacional de Regulação, está organizada em três dimensões integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde⁵.

Em consulta à plataforma do **Sistema Estadual de Regulação**, este Núcleo não localizou a inserção do Suplicante para acesso à internação e aos exames pleiteados.

Em consulta à plataforma do **SISREG III**, este Núcleo **não localizou** a inserção do Autor para o atendimento da demanda.

Para acesso a internação e aos exames pleiteados, **pela via administrativa**, sugere-se a Representante legal do Autor compareça à unidade básica de saúde, mais próxima de sua casa, a fim de requerer a sua inserção junto ao sistema de regulação.

Desta forma, entende-se que **a via administrativa não está sendo utilizada** no caso em tela.

Acrescenta-se que em documento médico (Num. 150764230 - Pág. 2), foi relatado pelo médico assistente, “...*do prazo o mais breve possível sob risco de broncoaspiração...*”. Salienta-se que a demora exacerbada na aquisição realização dos procedimentos, pode influenciar negativamente no prognóstico em questão.

Em consulta ao banco de dados do Ministério da Saúde⁶ **não** há Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para a enfermidades do Autor – **transtornos do espectro do autismo**.

É o parecer.

À 2ª Vara da Comarca de Rio Bonito do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

**ADRIANA MATTOS PEREIRA DO
NASCIMENTO**
Fisioterapeuta
CREFITO2/40945-F
Matrícula: 6502-9

FLÁVIO AFONSO BADARÓ
Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02

RAMIRO MARCELINO RODRIGUES DA SILVA
Assistente de Coordenação
ID. 512.3948-5
MAT. 3151705-5

⁵ BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-regulacao-control-e-financiamento-da-mac/regulacao>>. Acesso em: 06 dez. 2024.

⁶ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – PCDT. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>>. Acesso em: 06 dez. 2024.

Secretaria de
Saúde



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde